

Aprendizagem enquanto objeto de estudo

Learning as object of study

Aprendizaje como objeto de estudio

Claudete Teresinha Junges¹

Citação: JUNGES, C. T. Aprendizagem enquanto objeto de estudo. *Jornal de Políticas Educacionais*. V. 12, n. 18. Setembro de 2018.



<http://10.5380/jpe.v12i0.59408>

Resumo

O presente texto é um relato de experiência resultado da intenção de possibilitar maiores oportunidades a todos os estudantes de acessar o “conhecimento poderoso”. A experiência está em andamento desde o ano de 2000, na rede municipal de ensino de Anchieta/SC, na articulação de duas ações importantes: a reorganização curricular da rede de municipal de ensino e a organização de aulas de apoio pedagógico no contraturno escolar para os estudantes, que, a partir do 2.º ano dos anos iniciais, apresentam dificuldades na leitura, escrita e/ou compreensão dos conceitos básicos da matemática. Como resultados deste trabalho, observamos que a aprendizagem passou a ser objeto de estudo na rede de ensino e a garantia de maior tempo na escola para os estudantes que mais precisam dos espaços e tempos escolares para acessar seu direito de aprender.

Palavras-chave: Reorganização curricular; Aprendizagem; Apoio pedagógico; Potencialidades.

Abstract:

This paper is an account of experience resulting from the intention to provide greater opportunities for all students to access "powerful knowledge". The experience has been ongoing since 2000, in the municipal education system of Anchieta/SC, in the articulation of two important actions: the curricular reorganization of the municipal schools and the organization of pedagogical support classes for the students, who, from the 2nd year of elementary school, present difficulties in reading, writing and/or understanding the basic concepts of mathematics. As results of this work, we observed that learning has become the object of study in at schools and the guarantee of more time studying for students who need school space and time to access their right to learn.

Keywords: Curricular reorganization; Learning; Pedagogical support; Potentials.

¹ Formada em Pedagogia – Orientação e Administração escolar; doutoranda em Educação nas Ciências, pela UNIJUI; orientadora educacional da Rede Municipal de Ensino de Anchieta/SC. E-mail: claudetejunges@yahoo.com.br.

Resumen

El presente texto es un relato de experiencia resultante de la intención de posibilitar mayores oportunidades a todos los estudiantes de acceder al "conocimiento poderoso". La experiencia está en marcha desde el año 2000, en la red municipal de enseñanza de Anchieta/SC, en la articulación de dos acciones importantes: la reorganización curricular de la red de municipal de enseñanza y la organización de clases de apoyo pedagógico en el contraturno escolar para los estudiantes que, a partir del segundo año de la educación primaria, presentan dificultades en la lectura, escritura y/o comprensión de los conceptos básicos de las matemáticas. Como resultados de este trabajo, observamos que el aprendizaje pasó a ser objeto de estudio en la red de enseñanza y la garantía de mayor tiempo en la escuela para los estudiantes que más necesitan de los espacios y tiempos escolares para acceder a su derecho de aprender.

Palabras clave: Reorganización curricular; aprendizaje; Apoyo pedagógico; Potencial.

O presente artigo traz, em seu desenvolvimento, o relato de uma experiência que se propõe a oportunizar mais possibilidades de acesso aos conhecimentos e colocar a escola à serviço da aprendizagem dos estudantes, principalmente aos que apresentam dificuldades nos primeiros anos de escolarização. Neste relato, enfatizamos ações no sentido da reestruturação curricular, a metodologia de trabalho e a realização de aulas de apoio pedagógico a estudantes com desempenho aquém do esperado para sua idade ou nível de ensino.

A experiência relatada ocorre nas escolas da rede municipal de ensino de Anchieta/SC, município com pouco mais de 6.000 habitantes. A rede de ensino trabalha com turmas de educação infantil, desde a creche até os anos finais do ensino fundamental. Está com aproximadamente 700 estudantes matriculados nos diferentes níveis de ensino que oferece. A rede municipal de ensino é composta por sete unidades escolares, situadas no campo e na cidade. Na rede atende-se atualmente um percentual maior de alunos no ensino fundamental. Vamos focar neste trabalho ações realizadas no ensino fundamental.

Como profissionais da educação, a partir da constante ação-reflexão-ação, precisa-se qualificar impressões, pesquisas e conhecimentos para que na prática pedagógica se possa aprofundar conhecimentos e oportunizar a aprendizagem de todos e todas. Assim, cumpre-se o propósito da escola de construir alternativas e possibilidades para a melhoria da aprendizagem, já presente em muitas experiências educativas. Sempre ressurge um questionamento evidente ao ensinar na contemporaneidade: estamos cumprindo nosso papel de ensinar o que de melhor foi construído em nossa tradição para os estudantes? Estamos auxiliando e proporcionando a possibilidade de todos aprenderem?

Arendt (2002) fala da competência do educador na construção do conhecimento, do que existe no mundo e da corresponsabilidade da escola com o mundo das pessoas que nos chegam: “A competência do professor consiste em conhecer o mundo e em ser capaz de transmitir esse conhecimento aos outros. Mas a sua autoridade funda-se em seu papel de responsável pelo mundo” (ARENDR, 2002, p. 10).

Precisamos ter presente nossa responsabilidade pelo mundo e pelas novas gerações, entendendo que o ser humano, ao nascer, traz consigo, em potencial, tudo o que pode ser possível no desenvolvimento posterior. Somos, ao nascer, representantes pequenos da espécie humana e temos características biológicas da espécie; já trazemos conosco, marcado em nossos genes, as mudanças que, ao longo de milhões de anos, a espécie humana passou e as características de nossos antepassados mais recentes. Mas tudo o que seremos enquanto pessoas humanas, inseridas na cultura, será aprendido durante a vida nas relações com os outros, com os bens culturais aos quais teremos acesso, e, na possibilidade de passarmos por mediações intencionais que possibilitarão tornar-nos quem somos. Sabe-se que “[...] a possibilidade deste constituir-se enquanto sujeito e de se apropriar das conquistas efetuadas pela espécie está, de um lado, condicionada ao desenvolvimento do sistema nervoso, e, de outro, à qualidade das trocas que ocorrem entre os indivíduos de sua espécie” (PALANGANA, 1994, p. 126).

Afirma-se que nos tornamos mais humanos a partir da possibilidade de passarmos por processos educativos de qualidade. Considerando que nascemos com o cérebro dotado de plasticidade para aprendermos a falar, a humanidade, no decorrer da longa história, criou e constantemente aperfeiçoa a linguagem como forma de comunicação e as crianças, nessa relação social com as outras pessoas, aprendem a linguagem de forma até espontânea, mas é na intencionalidade do ato pedagógico que as crianças assimilam o material fonético, semântico e gramatical da linguagem, passam a entender o funcionamento da língua que já conheciam. Por fim, que esse aprendizado promove desenvolvimento psicointelectual.

Para que possamos promover ensino de qualidade nas escolas, fundamentadas no direito de cada ser humano de ter a possibilidade do acesso ao que a humanidade produziu culturalmente, precisamos realizar ações que estejam atentas às necessidades dos estudantes, garantindo o direito de todos e todas aprender. Para tanto, é necessário que a aprendizagem seja prioridade, proporcionando mais para quem mais precisa.

Apresentamos assim um relato da forma como fomos organizando os currículos das escolas, sempre objetivando o ensino e a aprendizagem dos estudantes. A aprendizagem passou a ser objeto de estudo e direito dos estudantes na Rede Municipal de Ensino de Anchieta.

1. História da organização curricular da Rede Municipal de Educação de Anchieta

Será realizada uma apresentação dos caminhos percorridos pela Rede Municipal de Ensino de Anchieta/SC, seguindo a inquietação e os desafios de construir parâmetros basilares para o trabalho a ser desenvolvido com os estudantes nas escolas.

Até o ano de 2000 os professores da rede planejavam suas aulas, que organizavam a partir das listas de conteúdo colocados à disposição por escolas da Rede Estadual de Ensino em cada disciplina e nível de ensino, ou, simplesmente, seguiam os livros didáticos disponibilizados pelo Governo Federal. A partir do ano de 2000 foi trabalhada a metodologia de projetos interdisciplinares com escolha de uma temática e cada professor passou a organizar suas aulas em consonância com o projeto apresentado.

Nos anos de 2006 a 2012 o trabalho desenvolvido na rede baseou-se na metodologia do Tema Gerador, com organização das redes temáticas a partir de pesquisas que os profissionais da educação realizavam com as famílias dos estudantes e lideranças da comunidade. Com as redes temáticas construídas, os professores planejavam seus projetos de trabalho com os estudantes.

A partir das duas redes temáticas que já tínhamos construído e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 2007, elaboramos um documento curricular da Rede Municipal de Ensino com os conceitos mínimos para cada disciplina e área do conhecimento.

A partir do ano de 2013, o trabalho de ensino volta a ser organizado pelos projetos pedagógicos balizados pelos conceitos mínimos elencados no documento curricular municipal. O projeto de trabalho desenvolvido anualmente na rede de ensino possui o tema definido pelos professores a partir das suas percepções sobre as necessidades a serem trabalhadas nas escolas com os estudantes.

Com o início das formações de professores alfabetizadores, propostas pelo Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, iniciaram-se as discussões dos direitos de aprendizagem em cada área do conhecimento e nível de ensino e da organização das sequências didáticas para realizar o trabalho nas salas de aula, o que,

em Anchieta/SC, passou a ser efetuado observando os níveis de aprendizagem dos estudantes e o projeto de trabalho planejado sempre no início do ano letivo.

Houve a percepção do grupo de educadores e coordenação pedagógica da necessidade de reorganizar os conceitos mínimos elencados a partir da Base Nacional Comum Curricular. Este trabalho foi efetuado em 2017, levando em consideração a terceira versão da BNCC e os conceitos que já tínhamos organizado. Porém optou-se pelo trabalho com direitos de aprendizagem e desenvolvimento, diferente do que a base propunha, trabalhar com habilidades e competências.

Realizou-se a opção por elencar os direitos de aprendizagem e desenvolvimento, a partir do entendimento que a aprendizagem gera desenvolvimento intelectual e das funções superiores de pensamento, conforme propõe as pesquisas de Vigotski,

A aplicação de meios auxiliares e a passagem à atividade mediadora reconstrói radicalmente toda operação psíquica à semelhança da utilização de ferramentas, modifica a atividade natural dos órgãos e amplia infinitamente o sistema de atividade das funções psíquicas. Tanto a um como a outro, denominamos, em seu conjunto, com o termo de função psíquica superior ou conduta superior (VIGOTSKI, 2012, p.95).²

A cada semestre são elaborados os projetos de trabalho pedagógico com a escolha da temática, objetivos, justificativa e elencados os direitos de aprendizagem que serão desenvolvidos dentro da temática. No primeiro semestre de 2018 os temas trabalhados em cada nível estão especificados abaixo:

- Creche – “Promoção do desenvolvimento da criança pelo trabalho pedagógico”;
- Educação infantil – “Brincando e aprendendo: construindo laços afetivos para a vida”;
- Ensino fundamental – “Humano, ser biológico e social que transforma a si e ao mundo”;
- Anos finais – “Comunicação e intolerância, como nos construímos enquanto obra de arte”.

A partir dos projetos, as professoras organizam suas sequências didáticas semanais ou quinzenais – durante os períodos de planejamento³.

Nos últimos anos a aprendizagem dos estudantes de toda a rede tem sido objeto de estudos, preocupações e formações pedagógicas. Compreende-se que os estudantes

² “La aplicación de medios auxiliares y el paso a la actividad mediadora reconstruye de raíz toda la operación psíquica a semejanza de cómo la aplicación de las herramientas modifica la actividad natural de los órganos y amplía infinitamente el sistema de actividad de las funciones psíquicas. Tanto a lo uno como a lo otro, lo denominamos, en su conjunto, con el término de función psíquica superior o conduta superior” (VYGOTSKY, 2012, p.95).

³ Os professores da Rede Municipal de Ensino de Anchieta têm garantido o piso salarial do magistério como piso mínimo da carreira, na Lei Complementar n.º 33/2011 e o cumprimento de 1/3 das horas contratadas para planejamento, que, no caso dos professores de Educação Infantil e anos iniciais, são cumpridos em um período inteiro mais meio no planejamento.

devem estar nas escolas aprendendo, como nos propõe Young (2007), ao falar do conhecimento poderoso: a promoção do desenvolvimento intelectual dos estudantes é o papel da escola, baseada no “conhecimento poderoso”.

Para promover o bom ensino e aprendizagem, a escola precisa estar atenta ao desenvolvimento de todos os estudantes e potencializar a aprendizagem aos que estão com um nível de desenvolvimento menor que os demais, com a não aprendizagem, com oferta de mais possibilidades. Além disso, é importante preocupar-se com aqueles que estão acima da média de conhecimento e aprendizagem. Para esse momento, apresentamos, no relato, uma experiência relacionada à potencialização de um trabalho focado nos estudantes que estão aquém na aprendizagem.

2. Uma experiência de potencialização do desenvolvimento e da aprendizagem a partir de salas de apoio

Existe uma discussão muito grande nos meios educacionais formais, referente às não aprendizagens e, na maior parte das vezes, essas análises decidem por culpabilizar as “vítimas” do processo. Sabe-se que existem vários estudos sobre o assunto. Neste texto não vamos analisar os contextos das não aprendizagens. Sugere-se a leitura do livro *Produção do Fracasso Escolar*, de Maria Helena de Souza Patto (2015), que realiza uma ampla pesquisa, análise e reflexão sobre o assunto. Vamos nos ater a uma possibilidade de potencializar a aprendizagem e o desenvolvimento de estudantes em situação de aprendizagem aquém da esperada para a idade, em determinado período.

Para que o ensino gere desenvolvimento, Vigotski⁴ chama a atenção em seus estudos para a observação na realização do trabalho pedagógico, do nível de desenvolvimento que a criança está naquele momento. Oliveira (2010) nos fala, baseada em Vigotski, que a ação educacional deve se dar nas potencialidades de desenvolvimento da criança. É necessário que todo trabalho pedagógico inicie observando o nível de desenvolvimento real, até onde o indivíduo já chegou na compreensão de determinado conceito. Uma avaliação detalhada da construção conceitual até então é importante para o início do trabalho.

⁴Optamos nesta escrita utilizar a grafia do nome de Vigotski escrito dessa forma, por ser a que mais aparece nas traduções em língua portuguesa, somente utilizo a escrita do nome do autor de maneira diferente quando estiver citado por outro autor ou nas referências.

Também a partir de Oliveira (2010), afirmamos que é fundamental considerar as potencialidades de desenvolvimento da pessoa a qual ensinamos, isto é, o que Vigotski chamou de nível de *desenvolvimento potencial*. Entre um desenvolvimento e outro está o nível de *desenvolvimento proximal*, etapa do desenvolvimento que está acontecendo, em curso, no qual é possível intervir para desenvolver. Nesse momento pode acontecer a intervenção pedagógica essencial para o desenvolvimento do sujeito.

Para que haja vida plena dos sujeitos na sociedade, o que recebemos naturalmente a partir de nossos genes não é suficiente. Todas as pessoas têm direito a acessar tudo o que foi construído historicamente pela humanidade e esse processo nos torna mais humano à medida que temos essa possibilidade. A escola tem grande papel nessa ação.

Tendo de fato presente o direito de todos de aprender e que a aprendizagem gera desenvolvimento, comove-nos profundamente o que podemos chamar o outro lado do aprender, ou seja, os não aprendizados. E nós, que somos trabalhadores da educação, convivemos todos os dias com o não aprender que está presente em nossas maiores angústias com relação à escola.

Buscando experiências que pudessem potencializar processos de aprendizagens para todos, no ano de 2014, foi proposto, a partir de discussões na busca de soluções para as não aprendizagens, a existência de aulas de apoio pedagógico, no contraturno escolar, para os estudantes com dificuldades de aprendizagem em alguma área do conhecimento, mas principalmente no processo de aquisição da língua escrita, leitura e conceitos básicos da matemática.

Foram fundamentais nessas discussões, na chegada da conclusão da necessidade de salas de apoio pedagógico e na implementação da ação, os estudos realizados pelos professores do ciclo de alfabetização, das séries iniciais no Programa de Nacional de Alfabetização na Idade Certa – Pnaic, promovido pelo Ministério da Educação e desenvolvido nas redes de ensino, com o objetivo de que todas as crianças estivessem alfabetizadas até os oito anos de idade.

Atualmente há duas professoras, pedagogas e especialistas em anos iniciais que trabalham com os alunos, com 20 horas de trabalho cada uma. Os alunos são organizados em grupos de no máximo seis, conforme o nível de conhecimento que

possuem. Na escolha de aulas do início do ano⁵, as 40 horas de atividades na sala de apoio pedagógico foram colocadas no edital de vagas para os professores efetivos nos anos iniciais pudessem realizar a escolha e trabalhar com as turmas.

Os professores de cada turma indicam os estudantes que apresentam dificuldades e necessitam de atendimento individualizado nas aulas de apoio. As crianças atendidas nas aulas de apoio são provenientes de turmas regulares do 2.º ao 7.º ano do ensino fundamental. Logo no início do ano letivo ou com algumas exceções durante o ano, os professores titulares das turmas identificam quais crianças precisam frequentar as aulas no contraturno. Em seguida, os alunos são convidados a realizar um processo de avaliação do nível de conhecimento. A avaliação dos estudantes para a participação nas aulas de apoio é realizada pelas professoras que trabalharão ou trabalham na sala e pelos profissionais de orientação pedagógica.

Nessa avaliação os estudantes são inicialmente e individualmente ouvidos sobre as dificuldades que percebem para aprender na escola; por outro lado, ouvem uma explicação sobre a necessidade que possuem de terem um acompanhamento específico em alguma área do conhecimento que precisam saber mais, isto é, também se tornam conscientes da necessidade de um tempo maior para a compreensão de certos conceitos em determinadas áreas do conhecimento.

Também são convidados a colocarem o que sabem em prática para resolver algumas situações-problema nas áreas de matemática e linguagens. A avaliação é composta por atividades de leitura, escrita e compreensão de textos; compreensão dos conceitos básicos da matemática, aritmética, geometria e localização.

O trabalho é focado no desenvolvimento dos conhecimentos e conceitos das áreas de alfabetização em Matemática e em Língua Portuguesa. Dentro dessas áreas do conhecimento também estão elencadas atividades sobre as principais dificuldades apontadas pelos professores, objetivando a confirmação das percepções dos professores titulares ou não. A avaliação diagnóstica é realizada observando o desenvolvimento nessas áreas, para realizar o trabalho a partir do conhecimento que o estudante possui.

A partir dessa avaliação, a professora da sala de apoio ou orientadora pedagógica que realizou o processo de avaliação faz uma avaliação descritiva dos conceitos que o aluno já compreendeu e os que precisam ser trabalhados. Os conhecimentos que

⁵ Na Rede Municipal de Educação de Anchieta/SC, todos os anos os professores efetivos na Secretaria Municipal de Educação, a partir de lista das turmas existentes, escolhem as aulas que desejam desenvolver o trabalho naquele ano, classificadas conforme o período da efetivação no município.

precisam ser trabalhados se tornam a baliza para a formação dos agrupamentos de alunos para a sala de apoio, bem como para a realização do trabalho durante as aulas de apoio. Na realização da atividade avaliativa também é observado o nível de escrita, categorização proposta por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (2008): pré-silábico, silábico, silábico alfabético, alfabético e ortográfico e que serve de percepção para as atividades de aprendizagem. Além disso, verifica-se os níveis de leitura.

Este trabalho está baseado nas teorias vigotskianas, a partir da Zona de Desenvolvimento Potencial dos estudantes, porque se entende que é necessário trabalhar teoricamente os conceitos essenciais de cada área do conhecimento, porém a partir de atividades que não estejam aquém ou além das possibilidades de aprendizagem do estudante naquele momento. Compreende-se que a avaliação inicial e o acompanhamento dos alunos em turmas menores nos permitem perceber as atividades que desafiam o aprendiz, que estão dentro da zona possível de desenvolvimento do estudante.

Antes de iniciar as aulas de apoio com os estudantes são chamados os familiares dos alunos para dialogar sobre a importância do trabalho de apoio pedagógico para o desenvolvimento cognitivo dos alunos e da necessidade de permitirem que as crianças participem do trabalho em horário extraescolar, preferencialmente, por dois momentos na semana, com duração de uma hora e meia cada encontro.

Durante essas aulas, tendo presente que os estudantes já permaneceram na sala de aula durante quatro horas, são trabalhados os conceitos principais a partir de muito diálogo, situações-problema e jogos, proporcionando ao momento um caráter pedagógico sério, de muito pensamento e ao mesmo tempo lúdico e descontraído. Os jogos utilizados são buscados ou confeccionados a partir das necessidades de aprendizagem que os estudantes possuem. Está muito presente nos diálogos os conhecimentos e experiências que os estudantes trazem do seu cotidiano e os assuntos dos quais os estudantes demonstram gostar mais.

O processo de ensino da língua escrita, do sistema alfabético, é trabalhado a partir da compreensão do uso social da escrita, do conhecimento das palavras a partir de textos de uso cotidiano, dos fonemas e letras correspondentes. A consciência fonológica, como fundamenta Soares (2016) e é realizado nas aulas de apoio, permite o conhecimento do som da letra, das partes iguais das palavras, da segmentação em partes, da consciência silábica e fonêmica.

A matemática é percebida e trabalhada nas aulas como uma linguagem muito importante para a compreensão da realidade e muito presente na vida das crianças. As professoras partem da realidade dos estudantes, de suas experiências, para trabalhar a consciência dos conceitos matemáticos no dia a dia, o sentido e significado deles para a vida.

E em todos os momentos das aulas de apoio pedagógico é dito sobre a possibilidade de aprender para os estudantes participantes, eles passam a ter consciência do que precisam avançar e das suas potencialidades.

3. Desafios do trabalho na prática

Consideramos um trabalho interessante, exitoso dentro do compromisso de colocar o conhecimento produzido pela humanidade a serviço de todos. Porém, dentro dessa proposta, ainda temos desafios a superar. O primeiro deles é colocar as aulas de apoio como direito dos estudantes das escolas municipais, traduzindo o trabalho da prática em lei, para que o trabalho não deixe de existir durante o governo deste ou daquele administrador.

O segundo desafio que percebemos é a impossibilidade de participação das aulas de apoio de alguns estudantes que residem longe das escolas em que o trabalho acontece, que utilizam o transporte escolar e que não conseguem retornar para a escola no contraturno, visto que o trabalho ocorre nas duas maiores escolas de ensino fundamental do município⁶, sendo que duas escolas não participam desse trabalho por causa do número reduzido de alunos.

O terceiro desafio que vemos, e que é superado a cada dia, é a não aceitação de algumas famílias da necessidade das aulas de apoio para seus filhos e também a falta de compromisso e possibilidades de algumas famílias de mandar os filhos para a escola no contraturno para participar da atividade. Por isso, algumas crianças saem da sala durante a aula para realizar o apoio pedagógico, mesmo não sendo ideal que ocorra tal situação.

4. Resultados do trabalho nas salas de apoio

⁶ As salas de apoio na Rede Municipal de Educação de Anchieta estão organizadas nas escolas Centro Municipal de Educação e Escola Municipal de Ensino Fundamental Xavantes, que trabalham com turmas da educação infantil até o 8.º ano do ensino fundamental.

Durante o tempo em que as salas de apoio pedagógico estão funcionando no município de Anchieta/SC, foi estabelecido um novo olhar às potencialidades de quem não aprende algo, como alguém que tem possibilidade, basta que essas potencialidades sejam trabalhadas. Porque ainda há um discurso muito presente na escola que é o da impossibilidade de alguns em aprender, com práticas medicalizantes e excludentes que são colocadas em prática após a realização dos diagnósticos.

O trabalho das turmas de apoio pedagógico, juntamente aos estudos realizados no decorrer do desenvolvimento do Programa Nacional de Alfabetização na Idade Certa, levou para a sala de aula um trabalho com atividades de aprofundamento diferenciado, pelos professores das turmas, que observam os diferentes níveis de aprendizagem dos estudantes e proporcionam atividades desafiadoras do aprender a todos os grupos e dentro do tema que está sendo do trabalhado com todos. Em alguns momentos ocorre o auxílio individual ou em agrupamentos, conforme o nível de aquisição da leitura e escrita ou do conhecimento que está sendo trabalhado naquele momento.

Muitos estudantes superaram a “defasagem” que possuíam, com relação ao conhecimento de conceitos, definidos pelos documentos curriculares para o nível de ensino que frequentam. Atualmente há 46 alunos da Rede Municipal de Ensino de Anchieta que participam das aulas de apoio; isso constitui 8% dos estudantes da rede que utilizam o trabalho.

Para concluir, olhar a experiência a partir de um horizonte maior

A opção por elaborar e reelaborar os conceitos e direitos de aprendizagem dos estudantes alçar a aprendizagem como garantia de direito, a partir de várias ações que conjuntamente convergem para essa garantia, não só como uma tarefa do professor, mas como uma ação articulada de toda a rede, promove o aprender a outra dimensão.

A partir da teoria psicológica de Vigotski e do trabalho desenvolvido, podemos observar as potencialidades de cada pessoa no estudo da aprendizagem, compreender como desenvolver essas possibilidades a partir de processos de ensino que ofereçam o máximo de oportunidades, compreendendo o processo de desenvolvimento e aprendizagem humana.

Acreditamos que o desenvolvimento da criança é um processo dialético complexo caracterizado pela periodicidade, desigualdade no desenvolvimento de diferentes funções, metamorfose ou transformação qualitativa de uma forma em outra, embricamento de fatores internos e

externos e processos adaptativos que superam os impedimentos que a criança encontra (VIGOTSKI, 2007, p.80).

A compreensão, o conhecimento das potencialidades dos estudantes que fazem parte dos processos pedagógicos, torna-se fundamental quando organizamos o ensino com base na psicologia histórico-cultural, pois demonstra a possibilidade de superação dos impedimentos ao aprendizado, que muitas vezes acreditamos existir. Enquanto que a escola deve ser um espaço de pesquisa do aprender, com constante observação dos processos, porque o aprendizado gera desenvolvimento e o trabalho intencional, a partir do desenvolvimento real do estudante, promove vários outros processos internos de desenvolvimento nas pessoas que fazem parte do processo.

Porque, enquanto permanecemos em nossas digressões sobre os problemas da educação e nos acostumamos a eles, a vida acontece e a educação também nesse viver e educar muitas experiências de fragmentação do conhecimento, de um conhecimento que não faz sentido ou de muitas exclusões de pessoas da possibilidade de aprender. Mas há também as experiências bonitas presentes em muitos lugares, em que pessoas comprometidas pensam uma educação em que o ensinar seja possível a todos. Para tanto, faz-se necessário a sensibilidade para ver e abrir espaços para que essas experiências sejam potencializadas.

Referências

- ARENDDT, Hannah. **A crise na educação**. In: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Perspectiva, 2002. Texto acessado em www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/file, acesso em 05/09/2015.
- FERREIRO, Emília e TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: ArtMed, 2008;
- OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Marta Kohl fala sobre Vygotsky**. Vídeo produzido no ano de 2010.
- PALANGANA, IsildaCampaner. **Desenvolvimento & Aprendizagem em Piaget e Vygotsky**. São Paulo: Plexus, 1994
- PATTO, Maria H. de Souza. **A Produção do Fracasso Escolar: Histórias de Submissão e Rebelia**. 4 ed. São Paulo: Intermeios, 2015.
- SOARES, Magda. **Alfabetização a questão dos métodos**. São Paulo: Contexto, 2016.
- YOUNG, Michael. **Pra que servem as escolas?** Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>
- VIGOTSKI, Lev S. **A Formação Social da Mente**. 7 ed. Tradução: José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VYGOTSKY, Lev S. **Obras Escogidas III. Problemas del desarrollo de la psique.** Trad. Lúdia Kuper. Madrid: Machado Libros. 2012.

Recebido em Maio de 2018
Aprovado em Junho de 2018
Publicado em Setembro de 2018

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS

ISSN 1981-1969

Volume 12

Número 18

30 de setembro de 2018



O Copyright é retido pelo/a autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação ao **Jornal de Políticas Educacionais**. Mais informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e pelo periódico.

JORNAL DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS é uma publicação do Núcleo de Políticas Educacionais do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR, em consórcio com a Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFPR, que aceita colaboração, reservando-se o direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado à redação. As colaborações devem ser enviadas ao NuPE/UFPR, conforme orientações contidas nas páginas do periódico na internet: <http://revistas.ufpr.br/jpe>.

Indexação:

BBE – Biblioteca Brasileira de Educação (MEC/INEP)

Clase (Base de Datos Bibliográfica de Revistas de Ciencias Sociales y Humanidades)

Diadorim – Diretório de Política de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras (IBICT)

Google Scholar

Index Copernicus

Portal de Periódicos (CAPES)

SER – Sistema Eletrônico de Revistas da Universidade Federal do Paraná (SER/UFPR)

Sumários de Revistas Brasileiras (FUNPEC-RP)

DRJI - Directory of Research Journals Indexing

(Periódico integralmente disponível apenas em via eletrônica)

Jornal de Políticas Educacionais / Núcleo de Políticas Educacionais da Universidade Federal do Paraná – NuPE/UFPR – v.1, n. 1 (1º semestre de 2007) – Curitiba: NuPE/UFPR.

Volume 12, número 18 – Setembro de 2018

ISSN 1981-1969

1. Educação – Periódicos. 2. Política Educacional – Periódicos. I. NuPE/UFPR

Comitê Editorial:

Elisângela Scaff (UFPR)

Ana Lorena Bruel (UFPR)

Gabriela Schneider (UFPR)

Conselho Editorial:

Andréa Barbosa Gouveia (UFPR), Ângela Hidalgo (UNICENTRO), Cesar Gernomino Tello (Universidad Nacional Tres Febrero, Argentina), Gladys Beatriz Barreyro (USP), Juca Gil (UFRGS), Jefferson Mainardes

(UEPG), João Ferreira de Oliveira (UFG), Luiz Souza Júnior (UFPB), Marcos Edgard Bassi (UFSC), Regina Maria Michelotto (UFPR), Robert Verhine (UFBA), Rosana Cruz (UFPI), Rubens Barbosa Camargo (USP), Sebastián Donoso Díaz (Universidad de Talca, Chile), Taís Moura Tavares (UFPR), TheresaAdrião (UNICAMP), Vera Peroni (UFRGS).

Jornal de Políticas Educacionais
Universidade Federal do Paraná
Setor de Educação
Núcleo de Políticas Educacionais – NuPE/UFPR
Rua Gal. Carneiro, 460 – 4º andar – Sala 407/C
80.060-150 – Curitiba – PR – Brasil
Tel.: 41-3360-5380
jpe@ufpr.br
<http://revistas.ufpr.br/jpe>